

Segurança e defesa: condicionantes para o desenvolvimento brasileiro e seus efeitos políticos na América do Sul

Vinicius Modolo Teixeira*

Resumo

Este artigo pretende contribuir para a discussão dos temas de Segurança e Defesa e sua relação com o desenvolvimento nacional. Em um primeiro momento, serão discutidos os conceitos que norteiam este trabalho, buscando a correlação com a geografia e a geopolítica. Após realizar uma breve revisão histórica dos conflitos perpetrados ao longo dos dois últimos séculos na América do Sul, discutiremos as atuais rivalidades do continente, às quais buscamos relacionar com a disposição das unidades militares ao longo de determinadas fronteiras da região. Essa análise do posicionamento militar nos fornecerá elementos para a discussão dos atuais projetos estratégicos das três forças armadas, sua relação com o desenvolvimento nacional e o processo de integração sul-americano.

Palavras Chave: Segurança e Defesa, Cooperação em Defesa, Estratégia Nacional de Defesa.

1 Introdução

Este trabalho se concentra na discussão a respeito das temáticas de Segurança e Defesa, bem como suas possibilidades e limites para o desenvolvimento nacional. Dessa forma, buscamos em um primeiro momento, uma caracterização dos conceitos que norteiam essa discussão, assim como uma correlação com a Geografia e Geopolítica. Para tanto, utilizaremos leituras de autores dos campos de estudos que têm se concentrado mais firmemente nesse debate, as Relações Internacionais e as Ciências Políticas, como Proença Jr. e Diniz (1998), Costa (1999; 2009), Medeiros Filho (2008) e Rundzit e Nogami (2010).

* Possui Bacharelado e Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia, com Mestrado em Geografia Humana pela mesma instituição. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor Assistente do curso de Geografia da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Campus Vale do Teles Pires.

Em um segundo momento, a partir de uma breve revisão histórica sobre os principais conflitos na América do Sul, buscou-se apontar alguns fatos que são pertinentes à análise da geopolítica sul-americana para o momento presente, estabelecendo ligações com as políticas expansionistas do período colonial e com as disputas fronteiriças enfrentadas no século passado. As questões levantadas nesse ponto serão utilizadas para respaldar a seção seguinte, na qual será analisada a distribuição das forças militares no continente sul-americano. A disposição das forças armadas deverá ser analisada à luz das atuais rivalidades e disputas fronteiriças, bem como dos recentes embates diplomáticos, utilizando como referência a pesquisa de Teixeira (2014). Nessa seção, caberá uma discussão sobre o chamado "Dilema da Segurança", fator que acreditamos estar presente nas relações dos países da América do Sul, assim como a possibilidade da Cooperação em Defesa como um fator estabilizador aos projetos de integração regional.

Por fim, o texto apresentará os projetos militares estratégicos desenvolvidos no Brasil nas últimas duas décadas, pautados pelos documentos da Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa. Nesta seção, o trabalho deve buscar uma correlação com as seções anteriores e apontamentos sobre a importância desses projetos para o desenvolvimento nacional e seus possíveis impactos na América do Sul.

Este trabalho justifica-se pela abertura da discussão sobre os projetos de defesa no país ao longo da última década, além da inserção da Geografia e da Geopolítica nesse debate e da atualidade dos projetos militares abordados neste trabalho, bem como sua importância para a estratégia de desenvolvimento nacional e integração regional.

2 Segurança e Defesa: uma discussão conceitual para a geografia e a geopolítica

Um debate que se faz necessário, e que pouco se apresenta nas discussões geopolíticas, é a caracterização dos conceitos que norteiam este trabalho, Segurança e Defesa. Nesse sentido, as ciências que têm se concentrado mais firmemente nesse debate conceitual são as Relações Internacionais e as Ciências Políticas. A maior produção dessas duas áreas, no entanto, não significa consenso sobre as delimitações dos termos. Como pontuam Rundzit e Nogami (2010), no tocante à Defesa, referências ao termo, como "política de defesa nacional", "política de defesa", "planejamento de defesa" ou "estratégia de defesa", são usados livremente, mas com sentidos quase coincidentes. Por outro lado, apontamos que Segurança enfrenta uma questão semelhante, com uma série de alusões, como Segurança Pública,

Segurança Social, Segurança Alimentar, Segurança Política, Segurança Humanitária, além de outras derivações possíveis que podem ser incorporadas ao conjunto. Esse processo de incorporação de novos campos conceituais passou a ser chamado de "securitização" (Buzan et al, 1998 apud Rundzit; Nogami, 2010), que seria o processo de incorporação desses temas ao nível em que se exigiria ações firmes e emergenciais por parte do Estado.

Como explicam Rundzit e Nogami (2010), há uma divisão em duas correntes de abordagem sobre Segurança e sua conceituação, sendo uma visão tradicional – e estreita – voltada para abordagens clássicas sobre as ameaças ao Estado; e outra, nova – e abrangente – que incorpora a já citada miríade de nuances, que são entendidas como ameaças tão importantes quanto a guerra para a sobrevivência do Estado nacional. Um marco para compreender a emergência dessas novas abordagens seria o período final da Guerra Fria.

Para os estudos originados no Brasil, os mesmos autores apontam que, no país, de maneira semelhante, há duas visões, a seguir apresentadas. A primeira visão origina-se do meio militar, à qual correspondem Costa (2009) e a Escola Superior de Guerra como seus representantes; e, a segunda, representada pelos civis, como Alsina Jr (2009) e outros pesquisadores, e que poderíamos classificar de acadêmica.

Nesse sentido, Darc Costa é direto na apresentação das definições "[...] segurança é um estado e defesa é um ato" (COSTA, 2009, p.477), concepções que, na mesma linha, são clarificadas por Proença Jr. e Diniz:

[...] Geralmente, costuma-se considerar *segurança* como um estado desejável, uma situação que permita aos cidadãos e às sociedades o estabelecimento de laços estáveis, quer do ponto de vista cultural em sentido lato, quer do ponto de vista comercial; ao passo que se dá o nome de *defesa* ao conjunto das ações militares visando garantir o estado de *segurança* (PROENÇA JR.; DINIZ, 1998, p. 55).

Para os autores acima, a política de segurança teria duas vertentes, sendo uma externa, pela associação dos assuntos pertinentes à defesa – relativa às relações exteriores de um Estado – e outra voltada para as situações internas, relativas ao uso da força e sua legitimidade pelo Estado, na qual seu poder é soberano. No entanto, nas discussões apresentadas pelos autores, as considerações a respeito da expressão *segurança pública*, envolvendo ações policiais e criminosas, não se enquadrariam no debate sobre segurança e defesa, tendo sido a ele incorporado durante o período militar, sob um regime não democrático. No momento atual, como apontam os autores, essa expressão deveria ser substituída por *ordem pública*, estando essa ordem subordinada a demandas da sociedade e de agências provedoras desses serviços públicos. Outra maneira de pensar a abrangência e o

acolhimento de determinados assuntos no escopo da segurança seria a posição do Estado nacional no cenário mundial, advindo das ameaças diferenciadas para cada país.

[...] o significado de segurança será tão diverso quanto as condições e as situações de diferentes Estados a que este conceito é aplicado, assim como o processo de formação do Estado em países em desenvolvimento é diferente dos países desenvolvidos, os primeiros enfrentam diferentes problemas de segurança do que os outros, que são a falta de legitimidade de suas fronteiras, instituições e regimes; coesão social inadequada [...] (RUNDZIT; NOGAMI, 2010. p.9).

Considerando essas questões como passíveis de novas abordagens, tomando diferentes Estados como ponto de referência, não se pode conceber uma delimitação para a questão da segurança. "Tendo em vista que, para cada governo, a percepção de ameaça é diferente, as medidas tomadas também serão diferenciadas de acordo com cada realidade." (RUNDZIT; NOGAMI, 2010. p.11). No entanto, não se pode permitir sua confusão com a temática de Defesa.

Para Medeiros Filho, a separação das responsabilidades fica clara, inclusive no tocante às agências responsáveis por cada setor:

[...] Enquanto o setor de defesa pressupõe unidades políticas em disputa, uso das Forças Armadas, risco de guerra e ameaças de natureza geralmente externa, estatal e militar, o setor de segurança envolve ameaças ligadas a crimes de toda ordem, incluindo-se os crimes transnacionais, o que sugere o emprego de forças policiais (polícias nacionais, gendarmarias etc). As ameaças de segurança não são oriundas de um inimigo político, mas antes de vulnerabilidades sociais e de fragilidade de determinadas políticas públicas. Faz necessário, assim, uma distinção entre agências de defesa e segurança, doravante chamadas respectivamente de forças militares e forças policiais (MEDEIROS FILHO, 2008, p.3).

As abordagens pouco esclarecidas sobre temas de Segurança e Defesa acabam por povoar alguns debates, tornando-os confusos e gerando a defesa de certas ações que, a princípio, não deveriam ser de responsabilidade de alguns órgãos solicitados para o cumprimento das atividades. Por exemplo, em alguns meios de comunicação de grande circulação, há a inserção da questão da *segurança pública* junto ao tema da *Defesa*, sem antever as possíveis implicações desse acolhimento e a confusão sobre as responsabilidades e a atuação das forças armadas, polícias militares, polícia federal e demais órgãos ligados a essas questões, desvirtuando, mesmo que por breves momentos, suas missões originais. Mais uma vez, deve-se ressaltar que essa confusão é derivada das ações promovidas durante o governo militar, quando se utilizam as forças armadas para o combate interno, como aparato de segurança. Outra questão é que não se devem confundir as ações voltadas para a área de segurança com o sentimento de segurança promovido pelas ações de defesa. Nesse ponto, o fortalecimento das forças armadas de um país acaba sendo o principal promotor desse

sentimento e pode vir a esbarrar no chamado "dilema da segurança", objeto das seções seguintes.

Recentemente, tivemos o retorno de discursos pouco balizados, solicitando a intervenção das forças armadas no meio político, justificada pela pretensa existência de um dispositivo constitucional para tal, exemplo pujante da confusão sobre o papel das forças armadas no país. Além disso, esse mesmo discurso, em algumas fontes, confunde-se com o do questionamento da real necessidade das forças armadas e da continuidade de investimentos nessas agências, muito semelhante àquele apresentado no início dos anos 1990, de cunho neoliberal, responsável pelo desmonte de parte do parque industrial de defesa (ALBUQUERQUE, 2010). Infelizmente, a necessária incorporação de assuntos de defesa na sociedade civil, esperada após o lançamento da Estratégia Nacional de Defesa (2008)¹ e descrita como uma de suas vulnerabilidades, ainda não se tornou uma realidade.

A delimitação sobre as responsabilidades e atribuições de cada força é salutar, ensejando melhor aplicação de recursos e estratégias para promover o que se deseja, em segurança ou em defesa. Tomando como ponto de referência o Estado Nacional, devemos nos concentrar nas opções de análise que se atenham a esse ator. Este trabalho, ao tratar de temas que envolvem primordialmente as forças armadas e questões entre países sul-americanos, direciona as abordagens que estão colocadas em proximidade com o conceito de Defesa, que consideramos o mais apropriado para tratar de assuntos que a Geografia aborda a partir da geopolítica sem, no entanto, esquecer-se dos efeitos gerados para a segurança do país.

3 Das fronteiras coloniais aos embates fronteiriços contemporâneos

Para compreendermos a estratégia de defesa no Brasil, devemos considerar, ainda que brevemente, sua história, alcançando o período colonial, já que advém da colonização a nossa formação territorial e, em grande parte, a fixação de nossos limites fronteiriços.

O império português na América disputava a posse da maior parte do território sul-americano com a Espanha, desde a sua descoberta. Essas duas coroas, vizinhas também no

¹ O documento da Estratégia Nacional de Defesa, lançado em sua primeira versão em 2008, sob o Decreto Nº 6.703, de 18 de Dezembro de 2008, sob o segundo governo de Luís Inácio "Lula" da Silva, tendo à frente do Ministério da Defesa o ex-ministro Nelson Jobim, teve como objetivo traçar uma nova orientação para a defesa nacional, através de diretrizes de organização; dos objetivos de cada uma das forças armadas; de suas capacidades operacionais; dos planos futuros; e das necessidades de investimento em pesquisa e desenvolvimento que se relacionem à defesa.

continente europeu, desde o princípio da colonização, firmaram uma série de tratados para delimitar as fronteiras entre suas colônias.

Na história da apropriação europeia da América do Sul, a partir da elaboração da *Bula Inter Coetera*, o que se observou foi um avançar do território português, para além dos limites que lhes reservavam esse tratado e todos os demais que foram elaborados entre esse Império e o Império Espanhol.

Enquanto que, na região norte, o Rio Amazonas e seus afluentes serviam como eixo condutor de expedições portuguesas, sem a oposição espanhola, o principal ponto de embate entre os dois impérios se deu na região sul do Brasil e nos acessos à Bacia do Prata. Isso fica claro num olhar sobre o formato atual do território brasileiro, com sua largura máxima próxima ao Equador, afunilando em direção ao Sul. Esse afunilamento se delineava na medida em que cresciam os combates e a oposição dos castelhanos, o que diminuía o avanço português, até malograr no objetivo de se estabelecer na foz do Rio da Prata.

Para Moraes (2000), a Igreja figurava como uma terceira força de expansão na América do Sul, interiorizando-se em regiões como os pampas, o vale dos rios Amazonas e no Orinoco e no Pantanal, atuando como estado tampão entre as duas frentes de colonização. Esse movimento foi fundamental para o tratado de 1750, já que, em algumas áreas, a atuação da Igreja foi preponderante para a fixação das fronteiras portuguesas.

A estratégia de incorporação e manutenção territorial, primeiro portuguesa e depois brasileira, é um contínuo, já que a independência se dá por separação familiar dentro da coroa portuguesa, não oferecendo, portanto, oportunidade de ruptura entre a estratégia colonial e a estratégia imperial e tributária da primeira.

A separação física dos territórios lusos do espaço espanhol foi um objetivo claro dos portugueses na América. Para tanto criaram um conceito que requeria o domínio dos principais rios do continente sul-americano e a criação da ilha Brasil – este conceito esteve presente na gênese da estratégia nacional do Brasil (COSTA, 2009, p.317).

Uma estratégia de interiorização traçada, no entanto, não significou desatenção à sua costa. Se, no interior do continente, os embates se davam com os espanhóis, na orla atlântica os riscos que se apresentavam eram o da invasão de outras potências, como França e Holanda.

Podemos eleger dois marcos como significativos para o estabelecimento final de nossas fronteiras: o Tratado de Madri de 1750, no período colonial, e os acordos estabelecidos pelo Barão de Rio Branco com os vizinhos do Brasil, já no início do século XX.

A importância do Tratado de Madri se dá pelo reconhecimento de uma fronteira que praticamente estabelece o traçado final do que viria a ser o Brasil, reconhecendo a posse portuguesa pelo uso – *uti possidetis* – coroando a estratégia portuguesa de apropriação na América do Sul. Essa estratégia não pode ser vislumbrada sem o uso de fortificações e militarização de pontos de interesse dos portugueses ao longo dos rios na região Amazônica e na região sul, suas principais vias de comunicação com o interior do continente e zonas mineradoras.

No período em que Rio Branco esteve à frente do Ministério das Relações Exteriores, ocorreram as negociações pela definitiva demarcação de nossa fronteira. No final do século XIX, Rio Branco foi responsável por chefiar a defesa brasileira na questão que envolvia a disputa com a Argentina sobre o território das Missões, com ganho da causa pelo Brasil. Em sua trajetória como Chanceler, entre 1902 e 1912, logrou demarcar definitivamente as fronteiras do Brasil tal qual as conhecemos atualmente.

Após a dissolução dos problemas fronteiriços com a Bolívia, em relação à Questão Acreana², a gestão de Rio Branco viria ainda a fixar os limites com o Suriname em 1906, com a Colômbia em 1907, com o Uruguai em 1908 – nesse caso cedendo parte do território, a Lagoa Mirim – e com o Peru em 1909, marcando, assim, o fim das pendências fronteiriças com nossos vizinhos, em definitivo (MONIZ BANDEIRA, 2003).

No Cone Sul, no entanto, o país vivia uma crescente rivalidade com a Argentina, na qual o Chile também estava envolvido. Esse momento de tensão foi em grande parte influenciado pelos projetos de modernização e expansão da Marinha Brasileira na primeira década do século XX, que tentava se equiparar às vizinhas, o que despertou na Argentina a necessidade de novas encomendas aos estaleiros europeus, situação que, por extensão, contaminou o Chile. Essa rivalidade, como retrata Martins Filho (2010), era influenciada pelos estaleiros e fabricantes de armas europeus, com interesses claros em manter as encomendas desses países sul-americanos.

A gravidade da questão, tanto pelo aumento da capacidade bélica e do risco de seu uso, como pelo dispêndio de grandes somas de recursos para sua aquisição, os quais eram obtidos em empréstimos nos países que lhes vendiam as armas, motivou uma proposta de

² Em referência à disputa pelo território do Acre, finalizada em 1903 pela assinatura do Tratado de Petrópolis, com anexação desse território ao Brasil, com permutas territoriais na fronteira do Mato Grosso, indenização financeira e construção da ferrovia Madeira-Mamoré. O Barão de Rio Branco foi a principal figura do lado brasileiro nas negociações.

entendimento a partir do Chile, uma aliança política, ou, segundo Doratioto (2000), um "tratado de cordial inteligência". Apesar de malograr, essa proposta serviu de base para a formulação de uma proposta concreta através do "Pacto de Não Agressão, Consulta e Arbitragem", ou, como ficou popularmente conhecido, o "Pacto ABC". Na visão de Rio Branco, "se conseguirmos firmar o ABC nas bases desse tratado teremos assegurada para sempre a paz na América do Sul" (MONIZ BANDEIRA, 2003, p.129).

Com a morte de José da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, em 1912, esse Pacto, que deveria ser o primeiro acordo estratégico entre países sul-americanos, perdeu-se nos meandros diplomáticos, logrando apenas breves entendimentos, porém sem esvair por completo as desconfianças e a rivalidade entre os três países em questão.

Essa rivalidade viria à tona em outros momentos do século XX, sendo responsável por sérios embates entre Argentina e Chile e entre Argentina e Brasil. Em relação aos dois últimos países, o movimento que se percebe é de aproximação e distanciamento em, ao menos, três momentos: na tentativa de um acordo de livre comércio nos anos 1940; em encontros dos presidentes dos dois países nos anos 1960; e nas longas discussões sobre a construção de Itaipu, nos anos 1970, à qual a Argentina se opunha e com a qual somente viria a concordar em 1979, após um quase conflito com o Chile. Em todos esses momentos, as forças militares dos dois países estiveram presentes nas discussões, sejam como objeto de entendimento, sobre os quais as conversas dos anos 1940 e 1960 reconheciam a necessidade de desmobilizar as forças nas fronteiras, sejam como artífices do acordo sobre Itaipu, quando as forças militares estavam no comando dos dois países (MONIZ BANDEIRA, 2003).

Entre Chile e Argentina a situação que imperava também era de rivalidade. Porém, enquanto Argentina e Brasil possuíam uma rivalidade de cunho hegemônico no subcontinente, a questão com o Chile se baseava principalmente nas disputas fronteiriças herdadas do momento da independência do Império Espanhol.

Fruto de uma divisão imperfeita dos tempos do Império Espanhol, os limites entre a Capitania Geral do Chile e o Vice-Reino do Prata tornaram-se a principal fonte dos problemas para as relações entre Chile e Argentina no período pós-independência. As discussões pelo estabelecimento final da fronteira haviam se desenvolvido ao longo de mais de 150 anos, restando, na década de 1970, a definição sobre a posse e os limites marítimos no extremo sul do continente. Essa indefinição gerou o Conflito do Canal de Beagle, no final de 1978, ocasião em que, por questão de horas, os dois países não entraram em um conflito fratricida.

A militarização das fronteiras em pontos de disputa contribuiu, de fato, para dar continuidade à rivalidade, o que torna as questões referentes à defesa na América do Sul um fator complicador para a equação das relações entre os países e para os projetos de integração regional.

4 As Fronteiras e a Defesa na América do Sul: o dilema da segurança frente às intenções de cooperação

Na América do Sul, os investimentos no setor de defesa realizados por alguns países da região, no início deste século, chamaram a atenção de seus vizinhos, provocando intensas movimentações nos órgãos de relações internacionais e nas forças armadas desses países. Sem que isso tenha representado uma corrida armamentista, os investimentos nesse setor, ao longo da primeira década do século XXI, buscaram renovar os equipamentos em uso, o que, no entanto, não passou despercebido por países que nutrem desconfianças históricas entre si, como o caso de Chile e Peru. Isso se torna mais evidente quando se analisa o histórico de conflitos e como estão inseridas as rivalidades na América do Sul, de maneira intercalada e com alianças informais, como aponta Teixeira (2014).

A condição que se apresenta na América do Sul é chamada de "dilema da segurança". Segundo Proença Jr. e Diniz (1998, p. 59), "quando um Estado procura incrementar sua segurança com a reorganização de seus arranjos de defesa ou pelo fortalecimento de suas forças armadas [ele] pode, ao contrário, acabar por diminuí-la", já que os seus vizinhos, pela não comunicação ou pela ausência de procedimentos diplomáticos, sentem-se ameaçados e reagem contra o que entendem ser um comportamento agressivo do país.

Em uma breve comparação, a América do Sul esteve fora dos principais eixos de confrontação do século XX, como as duas Guerras Mundiais, a Guerra Fria e os conflitos delas derivados. Seu envolvimento nesses grandes embates se deu de maneira tímida, sendo exceção a participação brasileira no final da Segunda Guerra. Dessa forma, para Alsina Jr. (2009, p. 179) "[...] parecem não restar muitas dúvidas de que o subcontinente encontra-se entre as regiões menos violentas do planeta quando se considera a ocorrência de conflitos interestatais. [...]". Porém o mesmo autor, utilizando-se das análises de Mares (2001, apud ALSINA JR., 2009) sobre a ocorrência de conflitos na América Latina, ressalta que, nessa região, predominaria uma "paz violenta".

Entre 1884 e 1993, teriam havido 237 episódios de disputas interestatais militarizadas (DIMs) na região – 110 na América Central e 127 na América do Sul. No período que vai de 1980 a 1997, correspondente ao retorno da democracia à maioria dos Estados latino-americanos, teriam ocorrido 52 DIMs – sendo que 16 delas, ocorridas depois de 1990, se deram entre díades democracia/democracia. (ALSINA JR., 2009, p.180)

O autor aponta que esses conflitos, em especial os ocorridos após 1950, tiveram duração curta e foram pouco mortíferos. Por outro lado, a partir dos anos 1980, para Costa (1999), os interesses cruzados levaram o Brasil e a Argentina a constituírem o Mercosul, o que, para Teixeira (2014), é um movimento que se inicia a partir da confiança estabelecida durante o Conflito das Malvinas, derivado de ações positivas da diplomacia brasileira para com a Argentina. Esse conflito modificou o cenário sul-americano, dividindo-o em duas porções a partir das possibilidades de conflitos, segundo Héctor Saint-Pierre (2006). Assim, essa configuração se desenharia através de dois arcos: um contendo os países que possuem problemas internos e que tornam a região vulnerável, e o outro, com países que possuem certa estabilidade interna, e que podem exportá-la para seus vizinhos. Assim, estabelece-se um "Arco da instabilidade" e um "Arco da estabilidade", que, de maneira geral, podem ser caracterizados como, respectivamente, a região andina e o Mercosul/Cone Sul.

O que se apresenta na América do Sul como uma continuidade é o constante retorno de questões de rivalidade e de disputas fronteiriças nos discursos oficiais e da imprensa na região, revelando a existência de tensões e possibilidades de conflito latentes. Essas questões, ligadas diretamente à formação territorial dos países sul-americanos, resistem na história, tendo provocado, no fim do século XX, um conflito entre Peru e Equador e, na década passada, fortes tensões entre Colômbia e Venezuela. Mais recentemente, o Peru declarou abertamente seu descontentamento com as compras militares chilenas, estando os dois envolvidos em uma disputa pelos limites marítimos, finalizada recentemente a partir do parecer do Tribunal de Haia, em janeiro de 2014. Esse parecer, no entanto, pode vir a ser invalidado pela Bolívia, país que se mantém firme, inclusive como objetivo constitucional, no intuito de reconstruir seu litoral, perdido para o Chile no século XIX (TEIXEIRA, 2014).

Dessa forma, fator que não colabora para a estabilização das relações entre alguns países sul-americanos são os posicionamentos de suas unidades militares, responsáveis por alguns dos sobressaltos diplomáticos da última década e firmemente ligados ao histórico de conflitos da região.

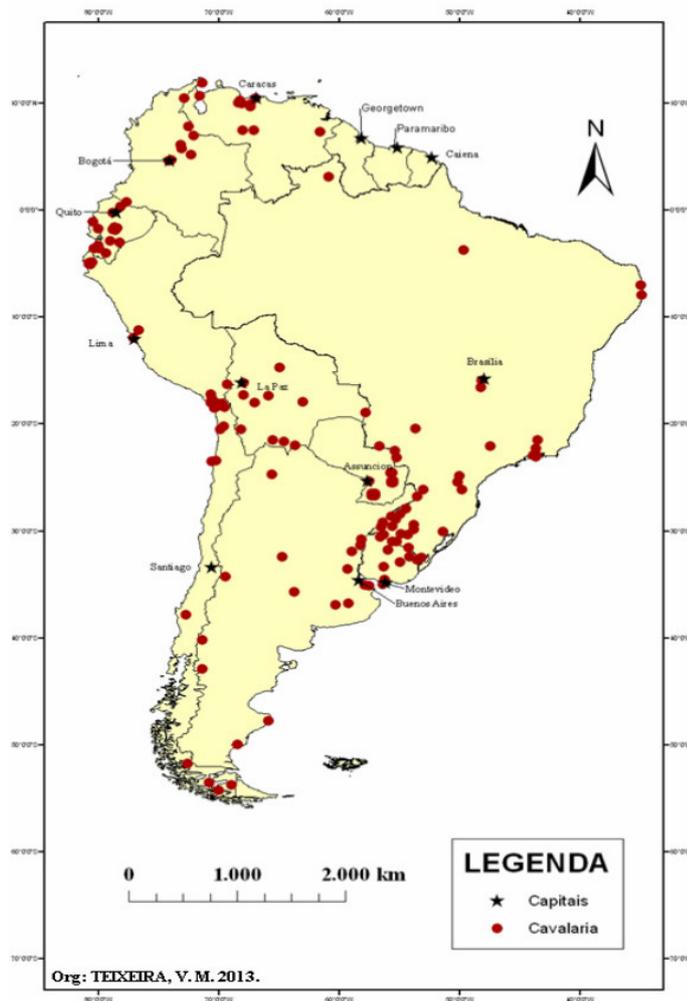
Para reforçar essa argumentação, apresentamos abaixo três figuras que trazem a disposição de unidades militares dos exércitos sul-americanos, ponto de interesse para tratar

do "dilema da segurança". Essas unidades militares não têm origem recente, sendo fruto, em alguns casos, de visões estratégicas que não mais pertencem ao escopo desses países. Entretanto, nos fatos a seguir apresentados, as fronteiras em destaque tiveram papel fundamental para o surgimento de tensões derivadas do posicionamento de forças militares.

Nessas figuras, apresentamos o posicionamento de unidades do exército e da força aérea de dez países da América do Sul, excetuando as forças de Suriname e Guiana, por serem consideradas com pouca capacidade de projeção de poder, as quais são utilizadas somente para a autodefesa. Sobre os mapas do exército, selecionamos aqueles que demonstram a disposição de unidades de cavalaria, equipados com veículos blindados, e de unidades de artilharia, ambas de grande representatividade para a projeção de poder e o efeito de dissuasão de possíveis inimigos.

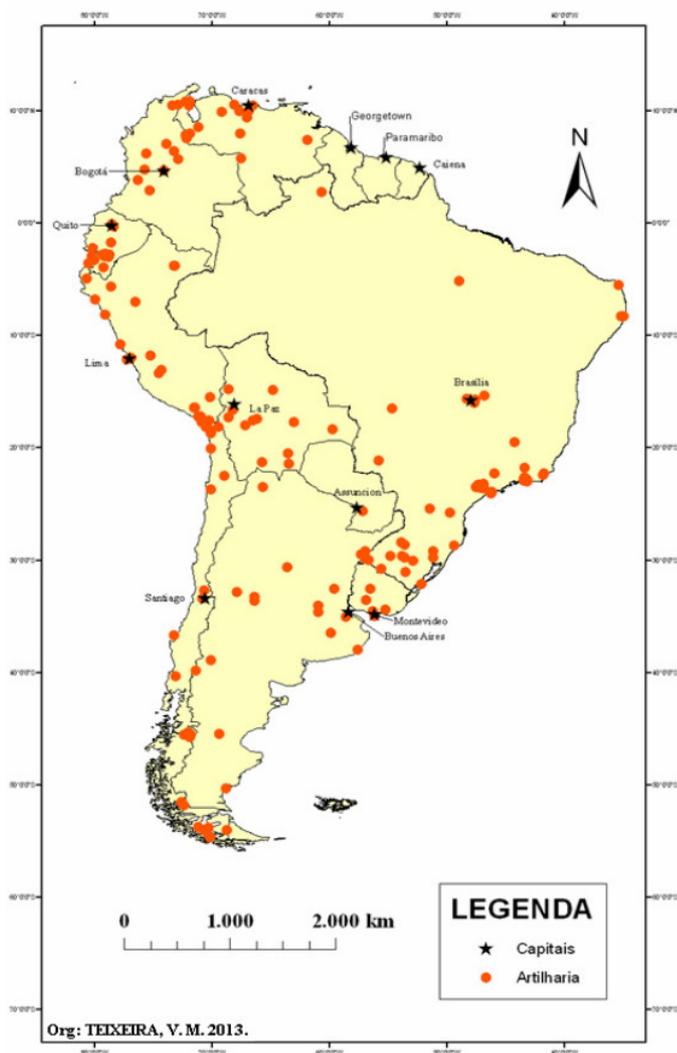
A Figura 1, abaixo, na qual se apresentam as unidades de cavalaria e sua disposição no território sul-americano, permite uma interpretação clara ao menos sobre três fronteiras que continuam a ter atenção dedicada dos exércitos. Assim, a primeira, mais vistosa e também contraditória, é a fronteira entre Brasil, Argentina e Uruguai. Nessa fronteira, fica nítida a grande concentração de unidades blindadas, principalmente do exército brasileiro, que tem na Região Sul seu principal contingente de cavalaria. Apesar dos três países serem partícipes dos acordos de integração do Mercosul, esse projeto de integração não se refletiu na organização militar dessas forças armadas.

Figura 1: Unidades de Cavalaria dos Exércitos Sul-americanos em 2014. (Fonte: TEIXEIRA, 2014, p.198).



As outras duas fronteiras que gostaríamos de ressaltar dizem respeito ao Peru em seus limites junto ao Chile e ao Equador, países com os quais esteve envolvido em disputas recentemente. Assim como na figura 2, na qual mostramos o posicionamento de unidades de artilharia, o que se nota é que essas fronteiras ainda são os pontos sobre os quais devem orbitar a atenção das forças armadas do Peru, com especial interesse em seus limites com o Chile.

Figura 2: Unidades de Artilharia dos Exércitos Sul-americanos em 2014. (Fonte: TEIXEIRA, 2014, p.199).



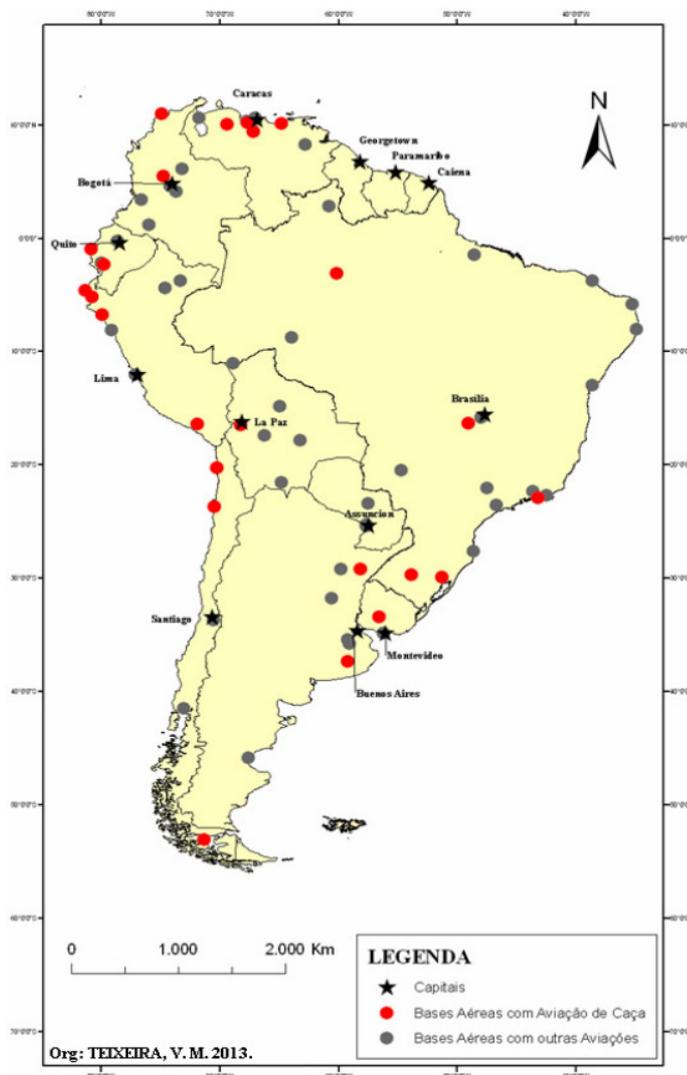
O Chile, da mesma forma, passou por uma grande modernização de suas forças armadas na década de 2000, nutrido pelos rendimentos oriundos da Lei do Cobre³, que, obrigatoriamente, explica seus recursos com a defesa do país. O que chama a atenção é que essa modernização foi notoriamente orientada para o norte do país, agrupando, nas cidades de Antofagasta, Iquique e Arica e seus entornos, as maiores concentrações militares do país, fato que atraiu a crítica de políticos e militares peruanos (TEIXEIRA, 2014).

Por fim, a Figura 3, que traz o posicionamento das bases aéreas no continente, demonstra onde se localizam as unidades de caça, ou seja, aquelas com maior valor militar.

³ Ley Reservada del Cobre, criada em 1958 durante o governo Carlos Ibáñez Del Campo. A Lei previa que 10% do montante arrecadado com a venda do metal fossem destinados às Forças Armadas do país. A Lei foi recentemente extinta pelo congresso.

Torna-se revelador observar que elas estão localizadas nos pontos de maior preocupação sobre a defesa do país: próximas às capitais e fronteiras que já foram objeto de disputa.

Figura 3: Bases Aéreas da América do Sul. (Fonte: TEIXEIRA, 2014, p. 203).



Novamente a região sul do Brasil e as fronteiras entre Chile e Peru, e Peru e Equador, apresentam o posicionamento dessas unidades, ao passo que, em outras regiões desses países, não se encontram unidades similares, demonstrando a sua importância para o pensamento militar nacional.

O que se apreende, desta maneira, é que, apesar de a América do Sul contar com antigos projetos de integração, estes não foram suficientes para solucionar as rivalidades belicosas entre seus membros. Dessa maneira, as ações da defesa de alguns países da região continuam orientadas de acordo com o pensamento corrente no início do século XX, no qual havia a indefinição fronteiriça e o risco de ataques vindos dos vizinhos. A última guerra com países sul-americanos, ocorrida em 1995 entre Equador e Peru, demonstrou a gravidade

dessas ações para suas economias e o limitado uso do conflito para ganhos políticos internos, como experimentou o Peru (GALASTRI, 2005).

5 O Brasil e o Controle Fronteiriço no século XXI

No que concerne a este trabalho, temos como objetivo uma análise dos atuais projetos estratégicos das três forças armadas. Estes projetos, iniciados na última década do século XX, encontram-se atualmente no seio da discussão sobre defesa no país. Antes de iniciarmos sua abordagem, devemos apontar os documentos e os órgãos pelos quais são ou passaram a ser conduzidos esses projetos: a Política Nacional de Defesa (PND), publicada no primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1996, primeiro documento após o regime militar de 1964-1985, que discute os objetivos das forças armadas e a participação civil nesse processo; a subsequente criação do Ministério da Defesa⁴, em 1999, substituindo os Ministérios independentes das três forças armadas, no segundo mandato deste presidente, o qual inseriu o controle e a participação civil na cadeia de comando dos militares; a reestruturação da Política Nacional de Defesa, em 2005, no primeiro mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva; e a publicação da Estratégia Nacional de Defesa (END), em 2008, no segundo mandato desse mesmo presidente, documento que traz importantes diretrizes para os referidos projetos.

Os projetos de defesa no Brasil, apesar de sofrerem com o corte de gastos, não desapareceram, mesmo nos anos 1990, período de forte contingenciamento e baixa disponibilidade material para as forças armadas. No entanto, no final da primeira década do século XXI, observamos uma mudança de postura quanto às ações voltadas para esse campo, com novos projetos, intenção de gastos, apoio à pesquisa e comprometimento do governo junto à indústria de defesa.

O marco que expressa essa mudança de mentalidade governamental e que passa a ser difusor das discussões sobre defesa é o documento da END, do final de 2008. Nele são expressas as necessidades futuras da defesa do Brasil, que espera ascender a uma posição política de destaque no globo sem, no entanto, que isso o torne dominante ou imperialista, ressaltando sua tradição pacífica e não intervencionista (BRASIL, 2008). Os responsáveis pela articulação desse documento foram os ex-ministros da Defesa, Nelson Jobim, no cargo

⁴ Criado pela Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999.

no período entre 2007 e 2011, e o ex-ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos⁵, Roberto Mangabeira Unger, entre 2007 e 2009.

Merecem destaque os Encontros Nacionais de Estudos Estratégicos, promovidos anualmente entre 2005 e 2013, nos quais a defesa nacional passou a ser discutida com a participação de grupos de pesquisas civis e militares de todo o país. Esses eventos, organizados pelo Ministério da Defesa e, posteriormente, pela Secretaria de Assuntos Estratégicos, tornaram-se o vetor de difusão das ideias contidas na segunda versão da PND e, principalmente, da END.

Segundo Albuquerque (2010), a END sinaliza a retomada de investimentos na indústria e no aparato de defesa pelo país. Esse documento deve ser encarado como o norteador dos projetos com os quais as forças armadas devem se concentrar no futuro, estabelecendo para alguns deles sua execução até o ano de 2030. O documento elenca três setores como estratégicos e essenciais para a defesa nacional: o espacial, o cibernético e o nuclear.

A partir da publicação da END, os projetos das forças armadas que já estavam em curso passaram a contar com novas diretrizes com o objetivo de cumprir a tríade estratégica elencada pelo documento. Com isso, antigos projetos como o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), pensado a partir dos anos 1980, e o submarino nuclear, iniciado em 1979, passaram a ser orientados e novamente justificados com vistas a incorporar os investimentos em tecnologia espacial, cibernética e nuclear.

O SIVAM, originado antes da publicação da primeira PND, passou por um longo período de elaboração na década de 1990 até ser oficialmente posto em operação no ano de 2002. Basicamente, o sistema previa a instalação de uma rede de radares em diversos pontos da região Amazônica, batalhões especiais de fronteira e o apoio contínuo às tropas ali deslocadas. Não mais se faria a proteção da hileia amazônica somente com a vivificação de fronteiras, mas, também, com a utilização de modernos componentes de sensoriamento remoto.

O SIVAM, no entanto, não é um projeto isolado no território nacional, faz parte de uma estrutura maior que tem como objetivo o completo controle aeroespacial do

⁵ A versão mais recente deste órgão, criado em 23 de julho de 2008 pela lei 11.754, tinha como objetivo formular políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico e social do país. A referida secretaria foi extinta na reforma ministerial promovida pelo governo da presidente Dilma Rousseff no segundo semestre de 2015. Anteriormente a SAE havia existido entre 1994 e 1999.

território nacional, o Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro (SISDABRA). Esse sistema começou a ser construído no início dos anos 1970, com entendimentos de cooperação com a França, que forneceria os caças *Mirage III* e os sistemas de radar que deveriam cobrir as regiões Sudeste, Sul e Nordeste do Brasil. Esses radares não serviriam apenas para o controle militar, mas, também, para orientar o tráfego aéreo civil, que seriam responsáveis pela rede CINDACTA (Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo). No entanto, a região Amazônica, quase metade do país, só passaria a ter controle de tráfego aéreo monitorado com a entrada em operação do SIVAM, já no século XXI. (LOURENÇÃO, 2003).

Ao fim primeira década dos anos 2000, e orientado pela END, iniciou-se a elaboração do Sistema de Gerenciamento da "Amazônia Azul" (SisGAAz), projeto estratégico destinado à Marinha do Brasil, com fins de monitoramento das águas jurisdicionais do Brasil, seu mar territorial, sua zona econômica exclusiva e área de responsabilidade SAR (*Search And Rescue* – Busca e Salvamento). A área a que se propõe vigilância é de tamanho similar ao da floresta amazônica, coberta pelo SIVAM, mas de fluxo comercial e importância estratégica superiores, perfazendo caminho de 95% de nosso comércio exterior, além das reservas de petróleo do pré-sal e de minérios (GODOY, 2011).

O sistema da Marinha deverá se basear principalmente no uso de sensores capazes de cobrir grandes áreas, como satélites que utilizam o imageamento nos campos visível, multi-espectral e radar, sistemas de monitoramento de emissão de rádio e dispositivos hidro-acústicos, localizados no leito da plataforma continental (DURING, 2014).

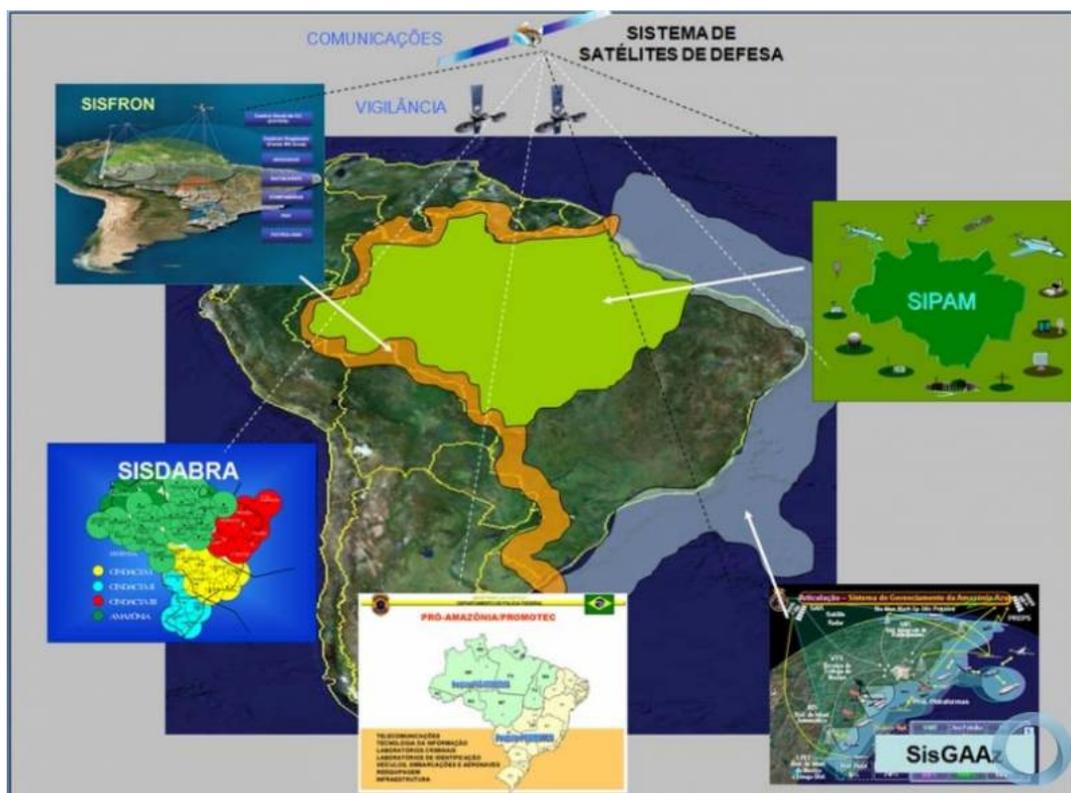
Ainda que esse sistema tenha sido concebido para minimizar a necessidade da presença militar, a abrangente utilização de sistemas eletrônicos espalhados ao longo da costa, a proposição de satélites dedicados e outros meios dos quais o Brasil ainda não dispõe coloca esse projeto como um objetivo ambicioso e pouco condizente com a dotação orçamentária atual do Ministério da Defesa.

Por último, o Exército elaborou o seu próprio projeto estratégico, o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON). Assim como o SisGAAz intenta o controle do território marítimo, o SISFRON deverá se ater ao controle do território da faixa de fronteira. Em outras palavras:

É um sistema de Comando e Controle, Comunicações, Computação, Inteligência, Vigilância e Reconhecimento (C4IVR) que visa dotar a Força Terrestre de meios habilitadores a uma presença efetiva na faixa de fronteira brasileira (DURING, 2012).

Por enquanto, somente o SIVAM se encontra em operação, estando a rede de radares em pleno funcionamento, contando ainda com unidades de aviação de caça e aviões de vigilância em Manaus, Anápolis, Boa Vista e Porto Velho. As licitações para contratação das fases iniciais dos dois últimos projetos já foram lançadas e as próximas fases encontram-se em elaboração. Dessa forma, os planos do Ministério da Defesa visam garantir a vigilância completa do território nacional, conforme ilustra a Figura 4.

Figura 4: Os sistemas de vigilância do território brasileiro e suas áreas de atuação. (Fonte: DURING, 2012).



O documento da Estratégia Nacional de Defesa preconiza que os gastos futuros deverão ser orientados para empresas nacionais, fortalecendo a indústria de defesa brasileira e a busca por transferência de tecnologias em acordos que envolvam a compra de materiais com origem no exterior. O documento estabelece o "condicionamento da compra de produtos de defesa no exterior à transferência substancial de tecnologia, inclusive por meio de parcerias para pesquisa e fabricação no Brasil de partes desses produtos ou de sucedâneos a eles;" (BRASIL, 2008, p. 45-46). Segundo esse documento, a END é inseparável da Estratégia Nacional de Desenvolvimento. Fica patente, dessa forma, a importância atribuída à indústria de defesa pelo documento da END, área de relevância para o desenvolvimento nacional, dado o uso de tecnologias de ponta produzidas para os três setores já comentados.

A perspectiva de uma vultosa movimentação financeira para a execução desses projetos promoveu a busca pela inserção de algumas companhias de fora do setor de defesa, com o claro objetivo de disputar os futuros contratos com somas bilionárias. Nesse sentido, os casos mais emblemáticos são as tratativas das cinco maiores construtoras do país, a saber, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, OAS e Queiroz Galvão (MILESKI, 2013).

Com graus de interesse e comprometimento diferentes, essas empresas partilham em comum a associação com empresas estrangeiras, facilitando a comercialização de seus produtos no Brasil, com vistas a cumprir a condição de transferência de tecnologia estabelecida na END. Mais do que a porta de entrada para companhias estrangeiras no país, essas grandes construtoras têm se mostrado interessadas na aquisição de companhias que tem seu foco principal no segmento de defesa. O exemplo mais notório envolve a compra da empresa Mectron pela empreiteira Odebrecht, em 2011, consolidando seu interesse no setor de defesa, a qual já participava como contratada do grupo francês DCNS para a construção do estaleiro onde serão fabricados os novos submarinos do Brasil (MILESKI, 2013). A companhia Mectron é a responsável pelo desenvolvimento dos principais projetos de mísseis e armamentos guiados no Brasil, portfólio que passa agora às mãos de uma construtora. Dentre outras companhias que podem vir a compor esses conglomerados está a Avibrás, empresa que passa por um período de reestruturação.

As demais empresas, segundo Mileski (2013), têm adotado uma postura mais discreta, como a Andrade Gutierrez, que se associou ao grupo francês *Thales*, para oferecer produtos ao SISFRON, e a OAS, associada ao grupo israelense *Rafael* e ao italiano *Selex*, com interesses no mesmo programa do exército. Já a Camargo Corrêa e a Queiroz Galvão partilham o controle do estaleiro Atlântico Sul e visam o foco nas concorrências para a substituição e construção dos navios da marinha brasileira, sem deixar de concorrer em outros programas de vigilância.

Esse processo pode vir a se intensificar nos próximos anos, tornando as empresas de defesa parte de grandes conglomerados empresariais ou esta modernização poderá ser em grande parte revista, frente à crise econômica e política que o país vem enfrentando a partir do segundo mandato da Presidente Dilma Rousseff.

Vislumbramos, de imediato, dois cenários possíveis com a inserção dessas empresas da construção civil no setor de Defesa. O primeiro, otimista, é que isso possa amenizar um problema há muito tempo discutido, a falta de dinamização das empresas do setor, com excessiva dependência das encomendas governamentais e de seus subsídios. Esse

seria um dos motivos que levaram algumas fabricantes à falência ou à desnacionalização. Essa incorporação permitiria uma sobrevivência às empresas em períodos de escassez de recursos e de baixo nível de venda de seus produtos, mantendo seu parque industrial e suas pesquisas.

O segundo, pessimista, diz que deve-se atentar para o fato de que, historicamente, os investimentos no setor de defesa têm por marca a inconstância do volume de recursos, sendo um dos primeiros a ser afetado em caso de crise, cenário que pode levar as empresas que objetivam o lucro imediato, advindo dos projetos estratégicos, a desistirem da empreitada, desfazendo-se de suas aquisições. Isso poderia levar sua incorporação por empresas estrangeiras, com impactos negativos quanto à transferência de tecnologia ou, ainda, de maneira mais agravante, uma imensurável perda de capital humano capacitado e das pesquisas desenvolvidas em seus laboratórios.

Até o momento, em meio à inconstância do atual governo, com o contingenciamento de divisas destinadas aos projetos estratégicos e com a empresa Odebrecht imputada em investigações de corrupção, há uma tendência ao segundo cenário, já que esta decidiu se desfazer de 40% do capital da empresa Mectron, mantendo-se no limite da legislação brasileira⁶ para continuar a ser considerada empresa controlada nacionalmente (SILVEIRA, 2015). Entretanto, deve-se notar que, mesmo com a opção de venda de ativos, a empresa Odebrecht decidiu manter o controle de seu setor destinado à defesa, postura que não referencia totalmente o cenário de pessimismo apontado acima, sendo que os projetos da empresa não serão descontinuados.

Esses projetos devem ser vislumbrados como questões de primeira ordem para o desenvolvimento nacional, dado o volume de investimentos e a projeção que se espera que alcancem sendo, inclusive, observados como projetos chave para a melhora da posição geopolítica do país no globo.

Da mesma forma, projetos como os que o Brasil tem apresentado, com uso de tecnologias e modernização de suas forças, semelhante aos padrões observados nos países que pertencem à Organização do Tratado do Atlântico Norte e aos demais países que formam os BRICS, podem levar a uma reação como aquela apresentada pelo "dilema da segurança".

⁶ Em referência à Lei nº 12.598, em ponto que trata sobre o controle de empresas do setor de defesa, diz-se que "[...] grupos de sócios ou acionistas estrangeiros não possam exercer em cada assembleia geral número de votos superior a 2/3 (dois terços) do total de votos que puderem ser exercidos pelos acionistas brasileiros presentes;" (BRASIL, 2012, art. 2).

Iniciativas voltadas à equiparação de seu aparato de defesa às potências militares podem tornar as negociações com os países vizinhos, em torno principalmente de projetos de cooperação, uma jornada mais árdua, já que, para eles, não estariam claros os reais interesses do Brasil, além de sua pretensão de assumir uma vaga no Conselho de Segurança da ONU.

Para Alsina Jr. (2009), as estratégias para a superação desses limites, que já há muito tempo se apresentam para o Brasil e região, é clara: engajar o Ministério das Relações Exteriores no debate sobre a importância do aparato de defesa do Brasil, enquanto nação proponente a ocupar um lugar de destaque no cenário mundial e, ao mesmo tempo, explorar iniciativas para a produção conjunta de armamentos com nossos vizinhos.

Esse tipo de iniciativa, apesar de não ser nova, ainda não conseguiu unanimidade nos países da região, mesmo após a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano dentro do esforço de cooperação da UNASUL (União de Nações Sul-Americanas). Os diferentes estágios em que se encontram as indústrias de defesa da região, fato que, no momento, é visto como um fator impeditivo, poderia ser justamente o agente de fomento para essa iniciativa, estabelecendo a transferência de tecnologia como fulcro para os acordos e parcerias. Assim, um dos principais motivos de atrito entre países sul-americanos poderia se tornar a amálgama para a cooperação e o desenvolvimento regional.

6 Considerações Finais

Os projetos de controle territorial planejados a partir do lançamento do documento da Estratégia Nacional de Defesa do Brasil, em 2008, deverão estar completamente operacionais por volta do ano de 2030. Esses grandes projetos estratégicos das forças armadas brasileiras, certamente, estão entre os mais ambiciosos do planeta, sendo poucos os países de grandes dimensões que possuem condição de vigilância de todo seu território e limites fronteiriços. Os recursos que serão investidos nas obras e na compra de material devem continuar a atrair empresas nacionais e estrangeiras para oferecer os produtos necessários aos sistemas de vigilância e de defesa. Esse processo, como exigido no documento, deverá ser feito com a transferência de tecnologia e a produção no Brasil.

Em perspectiva histórica, esse movimento que se desenvolve atualmente pode encontrar suas raízes profundas na expansão portuguesa do período colonial, sendo que, agora, o controle territorial é feito por meios tecnológicos. Em outro ponto, as velhas

rivalidades entre os Estados sul-americanos e o posicionamento de bases militares em regiões de fronteira para fazer frente às ameaças dos possíveis inimigos encontram, na UNASUL e em seu Conselho de Defesa, a oportunidade para dissolução de contendas e avanço na cooperação tecnológica em questões de Defesa.

Os investimentos em defesa no Brasil, desta forma, precisarão observar um aumento significativo, já que, para cumprir os cronogramas estabelecidos pelo Ministério da Defesa e pelas forças armadas, a quantidade de recursos dispendidos atualmente pelo Governo Federal não será suficiente para esse custeio. Além do mais, os constantes contingenciamentos para a formação do superávit primário, pelos quais esse ministério em específico tem passado nos últimos anos, deverá ser um obstáculo que precisará ser superado, mesmo que o discurso oficial diga que os projetos estratégicos das forças armadas serão preservados. Porém, entendemos que a conscientização sobre a defesa no Brasil, mais do que para oferecer uma simples justificativa para preservação dos investimentos, só poderá ser alcançada com a necessária abertura do debate sobre sua importância para a sociedade civil, debate no qual a academia tem papel fundamental.

Referências

ALBUQUERQUE, Edu S. de (2010). A (Geo)Política de Defesa Brasileira. **Revista de Geopolítica**, v.1, n° 1 p. 46-59, jan./jun..

ALSINA JR., João Paulo (2009). O poder militar como instrumento da política externa brasileira contemporânea. **RBPI**, n°52(2): 173-191.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm>. Acesso em: 23 maio de 2015.

BRASIL. Lei n° 12.598, de 21 de Março de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12598.htm>. Acesso em: **04 de Dezembro de 2015**.

COSTA, Darc (1999). Segurança e defesa: uma única visão abaixo do Equador. **RBPI**, n° 42 (1): 127-156.

_____. **Fundamentos Para o Estudo da Estratégia Nacional**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2009.

DORATIOTO, Francisco F. M. (2000). A política platina do Barão do Rio Branco. **RBPI**, n° 43 (2), p.130-149.

DURING, Nelson. **SISFRON - A Quadratura do Círculo**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/defesa/noticia/7600/sisfron----a-quadratura-do-circulo>>. Acesso em: 20 de Maio de 2015.

_____. **SisGAAz – Um projeto ambicioso**. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/sisgaaaz/noticia/13964/SisGAAz-%E2%80%93-Um-projeto-ambicioso/>>. Acesso em: 10 de Julho de 2015.

GALASTRI, L. O. **A missão de observadores militares Equador-Peru – MOMEPE (1995 – 1999) e a participação do Exército Brasileiro**. Outubro de 2005. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

GODOY, Roberto. **Submarinos serão força estratégica**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/naval/noticia/1828/Submarinos-serao-forca-estrategica/>>. Acesso em: 25 de Julho de 2015.

LOURENÇÃO, Humberto J. 2003. **A defesa nacional e a Amazônia: o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam)**. Dissertação de Mestrado. Campinas: IFCH-UNICAMP. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls0002989132003>.

MARTINS FILHO, João Roberto. **A Marinha Brasileira na era dos Encouraçados, 1895-1910: tecnologia, forças armadas e política**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2010.

MEDEIRO FILHO, Oscar. Geografia Política sul-americana e percepções das agências de defesa. In: D Araújo, Maria Celina Soares; Soares, Samuel Alves; Svartman, Eduardo. (Org.). **Defesa, Segurança Internacional e Forças Armadas II Encontro da ABED**. Campinas, Mercado das Letras, 2009.

MILESKI, André S. **As "cinco irmãs" no setor de defesa [e espaço]**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: < <http://panoramaespacial.blogspot.com.br/2013/07/as-cinco-irmas-no-setor-de-defesa-e.html>>. Consultado em: 30 de Maio de 2015.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: Conflito e integração na América do Sul (Da Tríplice Aliança ao Mercosul)**. 2º ed. Rio de Janeiro, Revan, 2003.

PROENÇA Jr., Domício; DINIZ, Eugenio. **Política de defesa no Brasil: uma análise crítica**. Brasília, Editora Universidade de Brasil, 1998.

RUNDZIT, Gunther; NOGAMI, Otto (2010). Segurança e Defesa Nacionais: conceitos básicos para uma análise. **RBPI**, nº 53 (1): 5-24.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. "Modelo de análise e formulação de política de defesa: o equilíbrio entre as capacidades nacionais e as potencialidades regionais" In: GUYER, Julián González (org.). **Debate nacional sobre defesa: aportes internacionales**. Uruguay, Ministerio de Defensa Nacional, 2006.

SILVEIRA, Virgínia. **Odebrecht busca comprador para 40% da Mectron**. São Paulo, 2015. Valor Econômico. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/4258998/odebrecht-busca-comprador-para-40-da-mectron>>. Acesso em: 1 de Dezembro de 2015.

TEIXEIRA, Vinicius Modolo. **A Cooperação em Defesa na América do Sul Como Base para a Integração do Continente**. Rio de Janeiro, CENEGRI, 2014.

Security and defense: conditions for Brazilian development and its political effects in South America

Abstract

This article intends to contribute to the discussion of security and defense issues and its relation with the national development. At first, we will discuss the concepts that guide this work, aiming correlate them with geography and geopolitics. After making a brief historical review of conflicts perpetrated over the last two centuries in South America, will discuss the current rivalries in the continent, which we seek relate with the disposition of military units along certain borders in the region. The analysis of military deployment will provide inputs for the discussion of current strategic projects of the three armed forces, its relation to national development and the South American integration process.

Keywords: Security and Defense Cooperation in Defense, National Defense Strategy.